

Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Goiás sobre os Impactos Ambientais das Hidrelétricas na Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins. – 15/04/2005.

A Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Goiás, representada pelo Deputado Fabio Tokarski, promoveu a Audiência Pública sobre os Impactos Ambientais das Hidrelétricas na Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins, a pedido do Conágua Alto Tocantins, cuja finalidade foi dar continuidade ao debate sobre “A questão das barragens e hidrelétricas”, em especial o Reservatório de Serra da Mesa e o projeto do Aproveitamento Hidrelétrico de Mirador.

Foi apresentado o Relatório “Uso múltiplo dos recursos hídricos, mitigação dos impactos ambientais e condicionantes para o licenciamento de hidrelétricas na Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins” dentro de uma visão sistêmica. Esse relatório foi elaborado com base em ampla discussão entre governo e sociedade civil na primeira Audiência Pública, realizada no mês de junho de 2004, em Goiânia (GO), pela Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás – e no Seminário “Uso múltiplo dos Recursos Hídricos na Bacia do Alto Tocantins e Impactos Ambientais no Reservatório de Serra da Mesa” realizado pelo Conágua Alto Tocantins, em novembro de 2004, Minaçu - GO.

Acreditando e contribuindo para o sucesso desta iniciativa, WWF-Brasil, Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Instituto Crisotila Brasil/SAMA, Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente - SRH/MMA, Fórum Ambientalista de Goiás, Comitê Estadual da Reserva da Biosfera (Goiás), OCA Brasil, Funatura, JICA, Associação de Proprietários de RPPN GO/DF, RIV – Rede Integração Verde e COMDEMA de Alto Paraíso apoiaram a realização de “Forças das Águas”, evento que aconteceu através de uma ação conjunta da SEMARH-GO, Ministério Público do Estado de Goiás, IBAMA, Agência Goiana de Meio Ambiente - AGMA, CONÁGUA Alto Tocantins, Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Goiás, contando com a organização da ECODATA.

O evento aconteceu com a participação representativa de todos os municípios envolvidos, o que facilitou a oportunidade de articulações em prol do desenvolvimento eco-sustentável da região.

O “Relatório dos condicionantes para licenciamento de empreendimentos hidrelétricos, propostas de mitigação de impactos ambientais e de programas de uso múltiplo dos recursos hídricos” foi discutido e aprovado. Na oportunidade foram incluídas as seguintes resoluções:

Propostas de encaminhamento aprovadas no sentido de mobilizar, envolver e comprometer sociedade e governo nos projetos e programas de empreendimentos hidrelétricos e gestão de recursos hídricos na Bacia do Alto Tocantins:

- Reunião em Goiânia da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, SEMARH – GO, Ministério Público Estadual, IBAMA convidando a ANEEL, Secretaria Especial de Pesca da Presidência da República, Ministério de Minas e Energia e Furnas;
- Audiência na Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Goiás, em Goiânia, com significativa representação das instituições presentes em Alto Paraíso para apresentação formal das propostas discutidas e aprovadas no “Força das Águas – Ações Ambientais Integradas”;
- Revisão imediata pela AGMA dos condicionantes para licença de operação da UHE Serra da Mesa;
- Assegurado o Estudo Integrado de Bacia com ampla participação da sociedade antecedendo a análise de EIA-RIMA dos novos empreendimentos na bacia do Alto Tocantins em especial a UHE Mirador;
- Dar visibilidade nos meios de comunicação de Goiânia e Brasília e na mídia regional, das ações desenvolvidas na Bacia do Alto Tocantins;

“USO MÚLTIPLO DOS RECURSOS HÍDRICOS, MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS
AMBIENTAIS E CONDICIONANTES PARA O LICENCIAMENTO DE HIDRELÉTRICAS
NA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TOCANTINS”

Conágua Alto Tocantins

1 Mitigação dos Impactos Ambientais

- 1.1 Implementar um Programa de Educação Ambiental na área de influência de cada empreendimento de forma integrada com os demais programas e com o programa da bacia
- 1.2 Implementar um Programa de Monitoramento adequado às necessidades do reservatório
- 1.3 Implantar um laboratório na região para controle da qualidade da água e possibilitar o uso pela academia e instituições de pesquisa
- 1.4 Recuperar e implantar Mata ciliar com espécies nativas nas margens dos reservatórios e nos demais mananciais
- 1.5 Implantar um programa de apoio à averbação das Reservas legais das médias e pequenas propriedades da Bacia.
- 1.6 Treinar técnicos da área de meio ambiente e utilizar agentes públicos nas ações municipais.
- 1.7 Criação e implementação de Conselho Municipal de Meio Ambiente;
- 1.8 Aumentar o efetivo do Ministério Público, do IBAMA e da Agência Ambiental da região diminuindo a restrição orçamentária (*);

2. Prioridades para Condicionantes no Licenciamento de Empreendimentos Hidrelétricos

- 2.1 Adotar o Estudo Integrado de Bacias como condição prioritária para o Licenciamento de UHE. UHE de Mirador
- 2.2 Cumprimento integral do Termo de Ajuste de Conduta entre a AGMA e o MP Goiás.
- 2.3 Incentivar e estimular a elaboração de Estudos científicos para se adotar monitoramento dos focos de poluição, integrando as Universidades e outras instituições de pesquisa
- 2.4 Definir a implantação de mecanismo de transposição de peixes
- 2.5. Condicionar a aprovação do EIA Rima, RAZ e TAC de qualquer empreendimento na Bacia, ao parecer do Comitê da Reserva da Biosfera.
- 2.6. Adotar um programa de Saneamento Ambiental na Bacia com prazos e metas anuais
2. 7 Apoiar a criação, implantação e manutenção das Unidades de Conservação.
- 2.8 Revegetar as APP dos Reservatórios
- 2.9 Implantar programa de revegetação de APP e Reserva Legal às propriedades rurais
- 2.10 Criar e manter Unidades de Conservação no entorno das Unidades Hidrelétricas
- 2.11 Preservação de espécies e patrimônio histórico com chamadas públicas para escolha de profissionais para os estudos e levantamentos com conhecimento regional, e responsabilização técnica do estudo
- 2.12 Contemplar o uso múltiplo (turismo) no projeto de novos empreendimentos
- 2.13 Exigir total regularização fundiária na área da APA do Pouso Alto e nas áreas impactadas pelos empreendimentos hidrelétricos (*).
- 2.14 Elaborar diagnóstico dos impactos causados sobre o meio antrópico pelos empreendimentos hidrelétricos já existentes (*).
- 2.15 Fazer inventário das principais espécies em extinção na APA do Pouso Alto e na Bacia do Tocantins antes do Licenciamento das Hidrelétricas (*).
- 2.16 Estabelecer programa de valorização e resgate dos conhecimentos e práticas da cultura local (*).

3. Programas para Uso Múltiplo

- 3.1 Organização e participação da comunidade envolvida
- 3.2 Considerar Fator econômico X ambiental (contabilidade ambiental)
- 3.3 Controle rigoroso de Pesca e caça predatória
- 3.4 Aumento dos programas das zoonoses
- 3.5 Zoneamento Econômico ecológico para minimizar a Fragmentação de habitat

- 3.6 Transposição de peixes ou programas de minimizem os efeitos do impedimento da transposição
 - 3.7 Aprovação pelos Conselhos Municipais de Meio Ambiente de quaisquer empreendimentos no município
 - 3.8 Programas e fomento a atividades sustentáveis (Estabelecer políticas de incentivo, com financiamentos, aproveitamentos nas obras e empreendimentos de produtos oriundos de atividades sustentáveis)
 - 3.9 Programas de Turismo (Na implantação dos empreendimentos todas as obras e equipamentos devem ser planejados de tal sorte que ao final poderão ser instrumentos de desenvolvimento do turismo)
 - 3.10 Ampliação da representação política regional (incentivar as iniciativas locais e a organização dessas comunidades)
 - 3.11 Fortalecer as instituições locais e regionais (envolver as instituições locais nos programas contratados pelos empreendedores)
 - 3.12 Dar continuidade nos projetos discutidos e apoiados pela comunidade, de forma integrada.
 - 3.13 Priorizar o saneamento ambiental (tratamento. de esgoto e lixo)
 - 3.14 Implantar e implementar o SISNAMA
 - 3.15 Implementar o ICMS Ecológico
 - 3.16 Priorizar a conservação/preservação e não a recuperação
 - 3.17 Incrementar o resgate histórico/cultural, estabelecendo política regional incorporada nas instituições de ensino
 - 3.18 Aumentar a quantidade de Estradas Parque
 - 3.19 Tratar e disponibilizar as informações para a comunidade, adotando modelo implementado pela ECODATA ou seja ECOCENTROS.
 - 3.20 Aumentar área de manejo usando tecnologias conservacionistas na Agropecuária capacitando os empresários rurais e seus trabalhadores
 - 3.21 Aumentar a Fiscalização nos empreendimentos que causem impacto ambiental na Bacia.
 - 3.22 Aumentar as áreas de Unidades de Conservação e implementar Plano de Manejo e Conselho Gestor das mesmas.
- (*) Resoluções incluídas na 2ª Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás